

ENTRE O “ESTIGMA” E A “DISTINÇÃO”: A REPRESENTAÇÃO DOS POBRES NA LITERATURA DO SÉCULO XVIII E XIX.

Ryanne Freire Monteiro Bahia

RESUMO

A problemática deste artigo gira em torno da questão já levantada por Joel Rufino dos Santos em *Épuras do Social*: como os intelectuais podem trabalhar para os pobres. Nossa proposta é observar como os intelectuais dos séculos XIX e início do XX representaram o pobre através da literatura. Esse estudo se justifica tendo em vista a necessidade de problematizarmos e desnaturalizarmos a questão da distinção social e do estigma. Tem como objetivo analisar a representação social dos pobres em obras clássicas da literatura em meados do século XIX e início de século XX. Entre as obras escolhidas como representativas para o presente estudo estão: *O Cortiço*, de Aloizio Azevedo, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, e *Memórias de um Sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. Para isso, nos apoiamos nos estudos de Pierre Bourdieu e Erving Goffman. Metodologicamente, seguimos a linha do racionalismo crítico para guiar nossas análises.

PALAVRAS-CHAVE: Imaginário. Pobre. Estigma social.

1. INTRODUÇÃO

“A pessoa de quem vou falar é tão tola que às vezes sorri para os outros na rua. Ninguém lhe responde ao sorriso porque nem ao menos a olham.”.

Clarice Lispector

A epígrafe de Clarice Lispector retirada de *A hora de estrela*¹, obra na qual a autora retrata uma imigrante nordestina denominada Macabéa. É um bom ponto de partida para introduzir as reflexões que virão. Macabéa vive sob o signo da pobreza e do estigma. Não é apenas nordestina e imigrante, mas pobre. Essa pobreza que já faz parte da paisagem urbana e que não mais sensibiliza passa tão despercebida que não enxergamos o absurdo das desigualdades sociais, as quais se exprimem através da pobreza.

Essa pobreza a que me refiro não se restringe a um aspecto econômico e nem pode ser somente medida através das estatísticas oficiais. Trata-se de um “modo de vida”, envolto em uma teia de significações que perpassam as auto-imagens e as representações sociais do

imaginário coletivo. Temos como problemática a seguinte questão: Como os pobres foram representados pela literatura? Seria essa representação um reflexo da realidade? Esse estudo se justifica pela pertinência da temática relativa ao imaginário social, pobreza e segregação, tríade que comumente alicerça o estigma contra as classes populares. Nosso objetivo é perceber de que forma se dá a representação social dos pobres em obras clássicas da literatura em meados do século XIX e início de século XX. Trabalharemos especificamente com as obras: *O Cortiço*², de Aloizio Azevedo, *Triste fim de Policarpo Quaresma*³, de Lima Barreto, e *Memórias de um Sargento de Milícias*⁴, de Manuel Antônio de Almeida.

Teremos como guia de nossas análises o pensamento pós-colonialista. Esta corrente de pensamento tem por base o reconhecimento dos povos, das culturas que sofreram com o pensamento colonizador. Esse que subjuga o outro, delegando para este a posição de subalterno, de inferior. A proposta pós-colonialista busca pensar o dominante sem o dominado, de pensar o mundo e o conhecimento sob uma óptica mais ampla, que não apenas a ocidental. A obra *Epistemologias do Sul* de Boaventura de Sousa Santos (2006) reflete bem o “espírito” libertador e crítico do pensamento pós-colonial.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO- A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO POBRE

Pretendemos nos debruçar sobre a representação social do pobre, à luz de uma perspectiva pós-colonialista. Devemos então nos perguntar: quem é o pobre? Em muitos estudos, o pobre é definido de acordo com sua renda ou de seu poder de compra. Em termos oficiais, o pobre ainda é definido por estatísticas que pautam as políticas públicas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵ define a pobreza da seguinte forma:

As estatísticas de pobreza nem sempre são comparáveis, pois as metodologias utilizadas para definir se um indivíduo é ou não pobre podem ser diferentes. Por exemplo, a CEPAL, o Governo Brasileiro e o Banco Mundial adotam em seus estudos referências diferentes para traçar o limite abaixo do qual uma pessoa deve ser considerada pobre ou indigente (pobreza extrema). A Cepal utiliza o custo de uma cesta de alimentos que, geograficamente definida, contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de uma pessoa (linha de pobreza); o Banco Mundial, por sua vez, utiliza o dólar PPC (paridade do poder de compra) que elimina as diferenças de custo de vida entre os países; no Brasil, a metodologia oficial usa como referência o Salário Mínimo, isto é, 1/4 do salário mínimo familiar per capita e 1/2 do salário mínimo familiar per capita, limites abaixo dos quais se define uma família extremamente pobre (indigente) e pobre, respectivamente.

Acreditamos que o pobre não é apenas uma condição econômica, é todo um “estar no mundo”. Um estar submerso em uma rede de práticas estigmatizadoras, que não são aceitas passivamente pelas pessoas que recebem essa denominação. Isso porque, quando dizemos a palavra pobre, estamos expressando toda uma construção simbólica que é eminentemente depreciativa. Estamos nos referindo às classes perigosas, pessoas “vulgares”, bárbaras, que não sabem se comportar, ou cuidar de seus filhos, que são sujas, feias e mal educadas. Esses rótulos, esses estigmas ceifam as perspectivas das pessoas das classes populares que, não raro, inculcam essas representações do imaginário coletivo como se estas fossem a verdade absoluta.

Um trabalho interessante tendo o pobre como objeto principal de seu estudo é o de Rufino dos Santos.⁶

Joel Rufino define pobre da seguinte forma:

[...] são os despossuídos, não de qualquer posse, mas de território, de casa, de emprego (embora não de trabalho) de local, (embora não de lugar) de família (embora não de nome) e enfim, do próprio corpo (no caso dos escravos e servos da Colônia e Império). São em suma, um estado nômade ou vagabundo [...] (SANTOS, 2004, p.29)

O autor também critica a classificação do pobre como excluído, considerando que um ser social não pudesse estar excluído da sociedade estando incluído numa situação de pobreza e dificuldades. A afirmação de Rufino dos Santos encontra sustentação na teoria social de Elias (1994) quando o mesmo afirma que a constituição da individualidade se dá na sociedade, sendo impossível separar-se, excluir-se da mesma. O termo *excluído* para Rufino dos Santos (2004) omite um fato real que é a exploração econômica, em muito responsável pela pobreza. Discute a nomenclatura do pobre. Rejeitando o termo *vagabundo* por não ser um termo adequado, uma vez que designa apenas uma característica do pobre, isto é, a ausência de endereço fixo. Relata que a palavra *vadio* designa os que não trabalham ou não trabalham para os outros. A expressão *despossuídos* se referia ao escravo brasileiro. Contudo, no período colonial o pobre não era o escravo, mas sim um grupo que não era nem senhor nem escravo, possuindo um *status* muitas vezes inferior ao do escravo. Para o autor, o conceito de pobre adota as características do *vagabundo* e do *desclassificado*, tendo em vista a inutilidade de ambos. Esta inutilidade é veementemente negada por Laura de Melo e Souza⁷ (1983). Ao investigar o falso fausto das Minas Gerais, a autora constatou a utilidade do pobre para o governo e para a sociedade civil, sujeitando-se às mais terríveis condições de trabalho.

O estigma da pobreza é o extremo oposto da tentativa de distinção, da diferenciação social. Nos itens que seguem, iremos expor os conceitos de estigma social, como algo que cria uma identidade deteriorada para os indivíduos e de distinção, como uma marca de classe.

2. 1 A distinção segundo Pierre Bourdieu

No estudo sociológico denominado *A Distinção: crítica social do julgamento*, Pierre Bourdieu (2008)⁸ analisa a construção do que ele denominou como “modo legítimo”. Esse modo legítimo seria um distintivo, uma marca de classe. Algo que faz com que as pessoas que comunguem desse *status* considerem-se diferentes das demais, que sustentem uma suposta superioridade, e façam com os outros sujeitos acreditem que eles assim o são.

O social para Bourdieu é um campo de tensões onde os sujeitos que ocupam a posição de dominantes visam, através de suas práticas, ideologias e discursos, sustentar essa posição prestigiosa. Essa sustentação ocorre principalmente pela desclassificação do outro. De forma que a verdade do grupo dominante tende a ser imposta e objetivada como a verdade e os valores do grupo vencedor são convertidos em valores legítimos. Dois pontos importantes na construção dessa distinção são: a competência cultural, e o capital escolar. A competência cultural envolve um conjunto de saberes, que estão além dos ensinados em ambiente escolar. Mas o capital escolar é importante para que se tenha excelência nesses outros saberes. O capital escolar é desigual para os indivíduos, tendo em vista que existe uma esfera de socialização anterior à escola: a família. E esta já possibilitou um ganho de capital cultural. Assim, uma criança proveniente das classes populares tem menor probabilidade de obter o domínio da norma culta, da etiqueta, da apreciação das artes (ou seja, competência cultural) do que uma criança proveniente das classes altas. Dessa forma, a aquisição do capital escolar, que depende do capital cultural fornecido primeiramente pela família, é desigual. É sob esse alicerce desigual, que os sujeitos irão ocupar suas posições dentro dos campos⁹ e construir seu *habitus*¹⁰.

A diferente apreciação do mundo realizada pelos grupos faz com que estes sejam também diferentemente classificados. Por contar com um capital cultural menos privilegiado, o pobre é vítima de uma estigmatização. Uma vez que o pobre é identificado superficialmente pelas pessoas que não o conhecem, de acordo com a negação dos seguintes itens:

- a) o domínio da norma culta;
- b) a utilização de bens duráveis de alto valor aquisitivo;
- c) conhecimento de uma cultura erudita bem como suas manifestações, tais como música clássica, apreciação de obras de arte, etc.

Para a concretização dos itens a) e c) , temos como a forma mais evidente de exposição de tais habilidades o diploma de ensino superior. Que é tanto mais valorizado conforme for o prestígio do curso que for concluído. O que corrobora a idéia estigmatizante de que o pobre é mal educado, desprovido de cultura.¹¹ Ou mesmo a idéia de que o pobre se mantém nesta condição, devido sua incompetência.

Assim, as obras apreciadas pelas pessoas sem essa competência cultural são consideradas como sendo de qualidade inferior. Por isso os livros com linguagem simples e de fácil leitura são identificados como ruins “porque todo mundo lê, logo, não pode prestar”, também por isso as músicas de grande sucesso entre os pobres como o brega (denominação por si só pejorativa para o que seria na realidade, música romântica), e o *funk* são classificadas como de péssimo gosto.

O pobre faz parte do que Boaventura Sousa Santos (2006)¹² denominou de sociologia das ausências. O lugar onde encontramos aquilo que é socialmente negado, o que se tornou quase invisível pela naturalização das desigualdades, o subalterno.

2. 2. O estigma social

Erving Goffman (1988) em *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*¹³, lembra que a origem da palavra estigma advém dos gregos, e era utilizada para referir-se a alguém que era marcado, identificado socialmente como ser indesejável por motivo de alguma falta moral cometida. O pobre não seria então um ser socialmente estigmatizado? Quantas vezes não percebemos o preconceito do sudeste em relação ao nordeste, ou em nossa cidade, uma estigmatização de moradores de bairros tidos como perigosos? Em todos esses casos, há uma redução dos aspectos complexos que formam a individualidade de uma pessoa, e sua redução a aspectos negativos.

Para esse autor, “um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (GOFFMAN, 1988, p.13). Um estigma diferencia o sujeito de forma negativa. O estigmatizado assim é identificado na medida em que se afasta do padrão socialmente desejável. “Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande.” (GOFFMAN, 1988, p.12).

Ao que Goffman ressalta: “Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes, uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social.” (GOFFMAN, 1988, p. 15)

Devido à pobreza ser um rótulo demasiado estigmatizante, as pessoas pertencentes a essa condição não costumam assumir-se como tais. E, freqüentemente, buscam meios de se diferenciarem de seus companheiros, especialmente através do consumo. Comprar uma roupa cara, um celular moderno são verdadeiros símbolos de distinção. Desse modo, fazendo uma analogia ao proletariado descrito por Marx (1989)¹⁴, observamos empiricamente que, este, freqüentemente deixa de constituir-se em classe para si, e permanece apenas como classe em si, ou seja, um agrupamento de semelhantes.

Após uma breve reflexão teórica acerca do estigma social, propomo-nos a realizar uma breve análise de algumas obras clássicas da literatura brasileira, nas quais encontramos representações do pobre.

3. O POBRE NA LITERATURA REALIZADA POR INTELECTUAIS

Antes de iniciar a análise propriamente dita dos textos literários, gostaríamos de expor a matriz analítica sob a qual ela será produzida. Trata-se do olhar antropológico pós-colonialista. Alguns dos autores mais conhecidos dessa “corrente” são: Gayatri Spivak, Homi Bhabha e Edward Said, entre outros, os quais centram em suas obras a reflexão sobre o subalterno. O olhar pós-colonialista busca inverter o eixo Oriente/Ocidente, Dominante/dominado, no sentido de revelar as injustiças da polarização do pensamento ocidental e a desvalorização dos outros saberes, das outras culturas. Mostrar que não pode haver um pensamento universal, uma vez que não existe *uma* cultura universal, mas sim diversas culturas, assim como diversas filosofias.

Esses autores nos convidam a enxergar a epistemologia como um desafio político contra todas as formas de opressão, inclusive contestam o lugar confortável do pesquisador como “o portador dos sujeitos pesquisados”, como se estes não fossem capazes de representar a si mesmos. Essa pergunta é retomada por Spivak em sua obra *Pode o subalterno se representar?*¹⁵ Onde a autora trabalha com a questão da representação do subalterno, e a questão de ele necessitar de alguém como seu porta-voz. Aqui no Brasil, Joel Rufino dos Santos (2004) questiona a representação social do pobre. E atenta para o fato de não serem geralmente nem os pobres, nem os negros a gerarem os documentos que criam sua representação. Ainda neste âmbito, ele afirma que a História oficial foi incapaz de representar os pobres, e que este papel coube à literatura. Será esse o substrato do estudo a seguir.

Ainda nos debruçando sobre o pensamento pós-colonialista, podemos observar o estudo de Eduard Said ¹⁶(1984) , quando o mesmo analisa a obra de Jane Austen, *Mansfield Park*. Ele desnuda o horror da escravidão presente no livro, onde o foco dessa literatura é a beleza, a felicidade, a paz. Ou seja, o sofrimento dos negros escravizados é naturalizado. A vida dessas pessoas não tem o mesmo valor que a vida do homem branco, europeu e civilizado. Procurando enxergar a representação do oprimido na literatura, analisamos as obras *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto; *O Cortiço*, de Aloizio Azevedo e *Memórias de um Sargento de Milícias* de Manuel Antônio de Almeida.

3.1. Triste fim de Policarpo Quaresma

Lima Barreto foi um dos autores mais críticos da sociedade brasileira. Em sua obra mais célebre, percebemos, através de uma sátira de um herói ufanista, uma forte crítica à pobreza e às desigualdades sociais. Policarpo Quaresma é um sonhador, ama seu país e acredita na superação dos dilemas da nação. Mesmo sendo um homem abastado, Policarpo volta seu olhar para o feio, o desajustado que o cerca. Como podemos observar no trecho seguinte: “Não há nos subúrbios coisa alguma que nos lembre os famosos das grandes cidades européias, [...] os que há são em geral pobres feios e desleixados. (BARRETO, 2005, p.87)”

A personagem de Lima Barreto observa com o olhar de Alice¹⁷, de espanto, assombro as desigualdades sociais e a extrema pobreza nas cidades.

Casas que mal dariam para uma pequena família são divididas, subdivididas e os minúsculos aposentos assim obtidos são alugados à população miserável da cidade. Não se pode imaginar profissões mais tristes e mais inopinadas que da gente que habita tais caixinhas. Além dos serventes de repartições [...] compradores de

garrafas vazias, castradores de cães e galos, mandingueiros [...]. (BARRETO, 2005, p. 88).

Para a protagonista, a situação de pobreza é apenas um acidente, uma espécie de desajuste social que pode ser facilmente resolvido com boa vontade política. Logo, os políticos não resolveram o assunto porque não tomaram conhecimento de tal fatalidade. Convencido, de que é isso o que ocorre, nosso herói vai ao encontro das autoridades competentes para resolver o problema dos pobres, no caso, os pobres camponeses, que viviam na miséria por não possuírem terra para plantar. Ao que obtém como resposta o seguinte veredicto: “Mas pensa você Quaresma, que eu hei de pôr enxada na mão de cada um desses vadios?” Incansável, nosso herói argumenta: “V.Exa. com seu prestígio e poder, está capaz de favorecer, com medidas enérgicas e adequadas o aparecimento de iniciativas, de encaminhar o trabalho, de favorecê-lo e torná-lo remunerador...”. (BARRETO, 2005, p.168.) Temos aqui um dos elementos que foram arrolados por Rufino dos Santos (2004) como classificadores do pobre: o vadio. A referida denominação é lugar comum na descrição do pobre na literatura brasileira dos séculos XIX e início do XX.

Outro elemento associado à pobreza é a negritude em *Triste fim de Policarpo Quaresma*. A personagem Ricardo Coração dos Outros representa bem uma análise que Rufino dos Santos realiza em *Épuras do Social*. Ricardo Coração dos Outros deseja tornar-se um famoso cantor e violonista, sendo famoso apenas nos subúrbios. Tentando almejar um público mais elitista fica desanimado porque surge um negro que toca violão. Coração dos Outros não tem qualquer desprezo particular pelos negros, mas teme que pelo fato de um negro ficar famoso por tocar violão, o instrumento seja desqualificado, visto como inferior. Para compreendermos essa cena na obra de Lima Barreto, percebemos como o autor cutuca a hipocrisia das classes médias e alta ao rechaçar uma manifestação cultural porque esta tornou-se popular. O que é “do povão” não agrega distinção. É estar nivelado com os setores menos privilegiados de nossa sociedade, ou seja, tudo que as elites não desejam.

3.2 O Cortiço

As portas das latrinas não descansavam, era um abrir e fechar de cada instante, um entrar e sair sem tréguas. Não se demoravam lá dentro e vinham ainda amarrando as calças ou as saias; as crianças não se davam ao trabalho de lá ir, despachavam-se ali mesmo, no capinzal dos fundos, por detrás da estalagem ou no recanto das hortas. (AZEVEDO, 1995, p. 17)

Estudos sobre a realidade local, como o trabalho monográfico realizado por Marco Aurélio de Andrade Alves,¹⁸ revelam a estigmatização sobre as classes populares aqui no Ceará. Uma simples consulta aos jornais de grande circulação no Estado revela a atribuição de construtos simbólicos negativos como sujeira, violência, barbárie, atribuídos ao pobre. As construções positivas rareiam. Isso é explicitamente destacado na obra de Aloizio Azevedo como podemos observar no fragmento destacado: “[...] ensarilhavam-se discussões e resingas; ouviam-se gargalhadas e pragas; já se não falava, gritava-se.” (AZEVEDO, 1995, p. 17). Nesse trecho, temos a descrição dos pobres que habitavam o cortiço como pessoas sem educação, barulhentas e potencialmente violentas. Foi essa representação que infelizmente vingou e deixa vestígios na atualidade. Isso ocorre quando rotulamos os moradores de bairros como: Bom Jardim, Barra do Ceará, Serviluz, Lagamar, Pirambu, entre tantos outros como “potencialmente perigosos”.

Conforme a abordagem naturalista, o homem é visto dentro de sua animalidade, sendo um produto do meio social em que está inserido. No caso do cortiço, as personagens expostas a um ambiente hostil desenvolvem comportamento violento, bem como expõe sua sexualidade de forma aberta. O homem é dominado por seus instintos. Como bem revela o trecho seguinte: “Sentiase naquela fermentação sangüínea, naquela gula viçosa de plantas rasteiras que mergulham os pés vigorosos na lama preta e nutriente da vida, o prazer animal de existir, a triunfante satisfação de respirar sobre a terra.” (AZEVEDO, 1995, p. 17)

É pertinente uma comparação entre a descrição de duas personagens femininas do cortiço. Pombinha e Paula (Bruxa). No intuito de perceber que Paula é a representante do saber popular (benzedeira), da cultura africana (cabocla), e Pombinha, a representação da cultura erudita, e do biótipo europeu.

Seguiase a Paula, uma cabocla velha, meio idiota, a quem respeitavam todos pelas virtudes de que só ela dispunha para benzer *erisipelas* e cortar febres por meio de rezas e feitiçarias. Era extremamente **feia, grossa, triste**, com olhos desvairados, dentes cortados à navalha, formando ponta, como dentes de cão, cabelos lisos, escorridos e ainda retintos apesar da idade. Chamavam-lhe “Bruxa”. (Grifo nosso Idem, p. 20,)

A filha era a flor do cortiço. Chamavam-lhe Pombinha. **Bonita**, posto que enfermicha e nervosa ao último ponto; **loura, muito pálida**, com uns modos de menina de **boa família**. A mãe não lhe permitia lavar, nem engomar, mesmo porque o médico a proibira expressamente. (Grifo nosso, Idem, p. 20)

Enquanto Pombinha era loura e bonita, Paula era feia, grossa e triste. Enquanto Paula era trabalhadora, Pombinha era ociosa. E para melhor desnudar a relação de superioridade e inferioridade, percebamos que a primeira era a Bruxa e a segunda, a flor do cortiço.

O trabalho manual exercido por Paula era visto como algo desprestigioso, o que nos remonta a origem dos gregos no período clássico. Estes acreditavam que a atividade mais nobre para a sociedade era a do espírito, o ócio criativo, no caso, exercido por Pombinha. Outro ponto é no referente às práticas religiosas de Paulo, classificadas grosseiramente como feitiçaria.

Assim como em Bourdieu (2008), podemos verificar em Max Weber¹⁹ (1991) como a educação é um elemento diferenciador entre as pessoas. Na obra *Economia e Sociedade*, o autor define *pobre* como um dos elementos do conjunto maior que ele denomina de “classes proprietárias negativamente privilegiadas”, onde também estão incluídos, “os objetos de propriedade, os desclassificados, endividados” (WEBER, 1991, p.2000). Ainda com Weber é pertinente observar um elemento que possibilita ao indivíduo a posição de classe média: a educação. Sergio Buarque de Holanda²⁰ (1995) destaca em *Raízes do Brasil* que o amor às letras representava uma marca de classe, uma forma de se diferenciar da pobreza. Portanto, observamos por meio da comparação entre as personagens femininas, (também subalternas na obra;) que os sujeitos são diferenciados de acordo com o seu lugar social onde a educação, a competência cultural constitui uma separação entre esse lugar social.

3.3 Memórias de um Sargento de Milícias

Vimos em Joel Rufino dos Santos que o conceito de pobre adota as características do *vagabundo* e do *desclassificado*, considerando ambos como seres socialmente improdutivos, inúteis. Em *Memórias de um Sargento de Milícias*, a personagem-título sofre com desconfianças sobre seu futuro, devido ao gosto pela diversão (vadiagem no livro), o interesse nas mulheres e a pouca disposição para o trabalho. Em determinada passagem da referida obra, temos a desqualificação da protagonista quando esta torna-se uma desacreditada. “[...] escolheu a pior possível: nem foi para Coimbra, nem para a Conceição, nem para cartório

algum; não fez nenhuma destas coisas, nem também outra qualquer: constituiu-se um completo vadio, vadio-mestre, vadio-tipo. (ALMEIDA, 1983, p. 43)

Gostaria de trazer para esta reflexão algumas elucubrações de Boaventura Sousa Santos (2006) quando este fala a respeito de cinco modos de produção de não existência. São eles:

- 1) Monocultura do saber e do rigor do saber;
- 2) Monocultura do tempo linear;
- 3) Lógica da classificação social;
- 4) Lógica da escala dominante;
- 5) Lógica da produtividade capitalista.

O trecho exposto acima é representativo das cinco formas de não existência arroladas por Boaventura. Como não foi estudar em Coimbra, nossa protagonista foi identificado como ignorante; por não dominar o saber único e ocidental, toda a sua experiência e contato com o saber popular que se constitui hoje em uma forma de patrimônio cultural foi desconsiderado. Por dedicar-se a um tempo que não é o da produção, da pressa, da linearidade, foi percebido como um moleirão, um vadio. A classificação social, erigida pela naturalização das desigualdades, é inserida na obra pela personagem que é a madrinha do protagonista, que desde a mais tenra infância afirmava: “Esse menino tem maus bofes” devido provavelmente à desconfiança de sua origem social. As lógicas 4) e 5) são evidenciadas na fala: não fez nenhuma destas coisas, nem também outra qualquer: constituiu-se um completo vadio, vadio-mestre, vadio-tipo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso propósito nesse artigo é suscitar uma discussão acerca da representação do subalterno, nesse caso específico, o pobre. Como se dá a prática de atribuição de signos estigmatizantes a esses atores sociais oprimidos nas mais diversas instâncias. Nossa opção

pela literatura como forma de representação do pobre ocorreu principalmente porque foi uma representação extrínseca a esses sujeitos.

Creemos que seja o momento de pensar como os intelectuais podem representar o oprimido. Fica a questão em aberto. Será que podemos fazê-lo? Ou eles mesmos podem realizá-lo? Não seriam eles tão autores quanto nós, pesquisadores?

A literatura é também um documento histórico. E, como tal, transmite um retrato de um imaginário social. A preocupação política em *Triste Fim de Policarpo Quaresma*; a desvalorização dos outros saberes e das outras culturas em *Memórias de um Sargento de Milícia*; e a abordagem do pobre como bestializado em *O Cortiço*. Tais fontes devem ser interpeladas com um olhar crítico para que percebamos o quão cruéis ou extremamente parciais podemos ser ao representar o outro. Esse outro que muitas vezes necessita de nós como legitimadores de sua voz.

5 REFERÊNCIA

1 CLARICE Lispector: **A hora da estrela** . São Paulo, SP: Museu da língua Portuguesa, 2007.

2 AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. 28.ed. São Paulo: Ática, 1995.

3 BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1956.

4 ALMEIDA, Manuel Antonio de. **Memórias de um sargento de milícias**. 12.ed. São Paulo: Ática, 1983.

5 ESTATÍSTICAS DA POBREZA. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/glossario/pobreza.html>. Acesso em: 07 mar. 2010.

6 RUFINO DOS SANTOS, Joel. Os pobres. In: _____. **Épuras do social**: como podem os intelectuais trabalhar para os pobres. São Paulo: Global, 2004.

7 SOUZA, Laura de Melo. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. 1. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

8 BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

9

É uma categoria de Bourdieu, que se explica entre outras coisas, pela definição de disputa e de interesses específicos. Para que um *campo* funcione é preciso que existam pessoas aptas a disputar o jogo, com conhecimento das regras.

10 *Habitus* é o princípio gerador das práticas.

11

Cultura é aqui exposto no sentido do senso comum, não antropológico, de que é culto o indivíduo erudito.

12

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

13 GOFFMAN, Erving, 1922-1982. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada . 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, [1991?].

14 MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. 2.ed. Sao Paulo: Global Gaia, 1989.

15

Ver: CARVALHO, José Jorge de. O olhar antropológico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano7, n. 5, p.107-147, jul. 2001.

16 SAID, Eduard. Permission to narrate. **London Review of books**, p. 13-29, FEB, 1984.

17

Referência à obra de Boaventura denominada Pela mão de Alice, que faz uma metáfora de que o pesquisador deve olhar com espanto para a realidade que o cerca, no sentido de não naturalizar os absurdos e misérias.

18

ALVES, Marcos Aurélio de Andrade. **A inversão das vozes**: narrativas sobre o Grande Bom Jardim. Fortaleza: UECE, 2007. (Monografia de graduação)

19 WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos de uma sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1991.

20 HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.